

5 As mulheres e as associações de produtores rurais

Nesta parte, busca-se discutir não apenas a oposição entre a esfera pública e a privada, mas como se dá o processo da inserção feminina nos dois âmbitos, ou seja, qual é o papel feminino dentro e fora de casa, neste caso considerando as associações dos produtores rurais. Como já exposto, anteriormente, a participação nestas associações está condicionada às atividades de trabalho.

De acordo com alguns estudos, há uma nítida contribuição sobre a divisão dos papéis sociais na sociedade, ocasionando reflexos nesta divisão sexual. Considerando os aspectos apresentados, cabe identificar se existe -e de onde parte- algum incentivo direcionado à mulher que está envolvida com as atividades de trabalho e das associações rurais.

Partindo, então, para a análise das relações familiares, a reflexão de Anderson (2005) permite direcionar a discussão ao universo pesquisado. A autora afirma que na sociedade, dentro da divisão social do trabalho, a desigualdade entre homens e mulheres não é disfarçada e, através de um processo cultural, já é embutido, desde muito cedo, a idéia de cuidar do lar, de responsabilidade pela reprodução social à mulher. Assim sendo, a autora afirma (2005, 7) que:

“Ainda que se assista à entrada de mulheres num espectro amplo de carreiras, certas escolhas requerem altos preços na concorrência e demonstrações de competência extraordinária para elas. Ademais, se paga ainda os custos da conciliação com as atribuições do lar e da reprodução. A despeito das mudanças, o espaço doméstico e a família constituem atribuições principalmente femininas”.

Percebeu-se, a partir das histórias de vida das entrevistadas, que a presença das mulheres nas associações rurais não se igualava à participação masculina. De maneira quantitativa este aspecto é evidenciado até mesmo a partir da frequência nas reuniões das associações. É relevante esclarecer

que as reuniões representam uma verdadeira base para a estrutura do movimento associativista de Paraíso, ou seja, é a partir da participação que a dinâmica das solicitações se organizam e encaminham em busca de soluções. Conforme esta participação aumenta ou diminui, as demandas são discutidas e este canal ocasiona o direcionamento e o fortalecimento do movimento.

A mulher, em todos os casos relatados nas entrevistas com o grupo, apesar de adquirir relativa liberdade para trabalhar fora de casa ou freqüentar a associação, não pode abrir mão das tarefas domésticas, ou seja, as atribuições femininas, conforme apontou Anderson (2005). Um depoimento masculino reflete esta conclusão, associando à idéia de que determinadas tarefas não representam competências masculinas e que, nos casos em que o homem executa este tipo de atividade, passa a ser considerada uma “ajuda” à mulher, por parte de todos.

“(…)Então eu acredito que todos nós, hoje, homem, nós sentimos e eu me sinto isso! Às vezes, eu chego em casa... hoje, por exemplo! Eu vejo a minha patroa lá, correndo com almoço, e tá com o tanque cheio de roupa, então eu vejo se alguma coisa ali eu posso... que eu posso tá ajudano... eu já tô auxiliando!...(...). Porque eu acho que, isso aí, você tá... melhorando, aumentando a auto-estima da própria esposa, da companheira, e você tá sendo parceiro com ela, também, pra tá ajudando complementar o... a parte... que é dela, né?...”

Conforme Saffioti (1987), a identidade social da mulher é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo como, por exemplo, a socialização dos filhos, a gestão financeira da família, entre outros. Há histórias de vida de mulheres que reforçam esta observação, conforme as respostas obtidas em entrevista, em que a mulher que trabalha fora da unidade domiciliar enfrenta uma sobrecarga de trabalho, ao ser responsabilizada pelo trabalho doméstico também.

Em trecho de depoimentos fornecidos, uma entrevistada afirmou não contar com nenhum outro membro da família, como marido ou seus filhos –meninos- adolescentes na divisão das tarefas domésticas. Quando questionada sobre a possibilidade de ter sido mãe de pessoas do sexo feminino, ela sorriu e afirmou que sua vida seria mais “fácil, se pudesse ter tido filhas mulheres” para executar, junto com ela, o trabalho doméstico. Assim sendo, a partir de outras experiências semelhantes,, presentes no cotidiano das mulheres que participaram da pesquisa, se confirma a idéia apontada sobre como a sociedade impõe, de certa maneira, a distribuição de determinados papéis entre os sexos.

Considerando este aspecto, Anderson (2005, 21) baseia-se nos resultados obtidos em sua pesquisa e afirma:

“Todos estes depoimentos enfatizam a distinção entre as responsabilidades de homens e mulheres no cotidiano familiar. Em primeiro lugar, observa-se a idéia do dever do homem em “ajudar” em casa, o que evidencia bem a noção de divisão sexual do trabalho com domínios diferenciados, conforme ressaltado na literatura. Ao homem cabe complementar nos serviços da casa, mas a responsabilidade principal é naturalizada como da mulher. O sentido da ajuda mútua que transparece na segunda transcrição não implica indiferenciação de tarefas, apesar do reconhecimento do concurso dos dois na família. O segundo tema, presente em todas as respostas, é esse da naturalização do papel da mulher no espaço doméstico. As que reclamam da falta de apoio do companheiro apontam o comportamento padrão por parte deste”.

Assim, se verifica a massificação da idéia de determinadas tarefas serem delegadas, exclusivamente, às mulheres. Seguindo a ordem desta idéia, torna-se interessante remeter a análise ao universo das associações, espaços políticos descritos como abertos a toda a população, porém, com um índice desigual de participação entre homens e mulheres.

No que tange à participação direta das mulheres nas atividades das associações rurais, é relevante observar que, entre nove associações existentes, apenas uma delas é liderada por uma mulher. Isto não significa que a representação feminina seja reduzida: foi possível perceber que a

categoria feminina busca se organizar, no sentido de incentivar a ampliar sua participação e ocupar, ou não, um cargo de liderança não define, necessariamente, a eficiência feminina dentro do movimento.

As respostas obtidas em entrevistas denotam o impacto deste tipo de função, em uma posição de liderança sobre as demais mulheres. Indicam, inclusive, este caso particular como referência e incentivo à participação feminina, nas associações. Ao ser questionada sobre a contribuição feminina para o desenvolvimento das associações rurais, uma das entrevistadas afirmou que:

“(...) pra desenvolver? Se eu pudesse, eu ia trazer a presidente da Faxina pra cá! (...) É! É! Lá, tudo o que ela quer, ela consegue! Ela tem força lá, na prefeitura. Ela tem força na Cooparaíso, ela tem força! (...) Tem que ter mais força!”

É possível perceber que algumas posições – de liderança ou não – nas sociedades capitalistas acabam fortalecendo a idéia de discriminação entre os gêneros. Alguns cargos ou postos são tidos como masculinos ou femininos e, a partir daí, ocorre destaque – positivo ou não – para o sujeito que ocupa uma posição tida como do sexo oposto.

A naturalização de processos socioculturais vem, ao longo da história, permeando a questão que envolve a desigualdade entre os gêneros. Segundo Saffioti (1987), quando se afirma ser “natural” que a mulher se detenha no espaço doméstico, liberando o espaço público para o homem, viabiliza-se a naturalização de um resultado da história, ou seja, ao fazer a história, ao longo do tempo e do espaço, os seres humanos passam, entre gerações os significados que foram apreendidos. Significa, segundo a autora, que “ao se afirmar que **sempre e em todos os lugares** as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características ‘naturais’ destas funções” (1987, 11).

As informações referentes às funções que as mulheres desempenham dentro das associações ou dos núcleos familiares foram

fundamentais para a compreensão acerca da influência destas atividades na intensidade sobre o número de mulheres atuantes. Sobre a naturalização de determinadas funções, ou acerca de algum tipo de estímulo oferecido às mulheres, surgiram depoimentos neste teor:

“(...) não... eu já tinha uma experiência, olha: eu perdi minha mãe com 14 anos de idade! Mamãe morreu com 55 anos! Só que ela era uma mãe, que eu falo hoje com meus filhos: eu com 14 anos de idade, eu tinha uma noção quê que era ser uma dona-de-casa! E quê que era ser mãe! Ela preparou os filhos! Eu não sei se era ... o pressentimento de mãe que ela sabia que ela não ia viver muito tempo, então ela foi preparando, e eu tive essa oportunidade! Que ela deixou eu com catorze anos e a minha irmã mais nova com dez! Né, a minha irmã, ela teve mais dificuldade, ela é temerosa! Ela tem dificuldade de decidir as coisas! Mais insegura! Eu não: Eu gosto disso, eu não gosto daquilo!!! Porque eu não gosto!!! Quando eu falo, eu prometo, e eu sei o que eu posso fazer, ou eu falo: “eu vou fazer aquilo!”, já vai pra minha cabeça todo o projeto!!”

Considerando o grupo entrevistado, observou-se que uma parcela das mulheres divide-se entre as tarefas domésticas, dentro dos domicílios e fora, nas roças, lavouras e outros ambientes de trabalho. O fato de haver algum tipo de impedimento por parte dos maridos ocorreu em apenas um caso, no total de entrevistadas. Ou seja, quase todas as mulheres declararam trabalhar dentro e fora de casa para, segundo elas, ajudar seus respectivos maridos, conforme mostra a “fala”, a seguir:

“É, eu sei que tem marido que não gosta, mas não foi meu caso, graças a Deus, sabe o que é? Meu marido sempre me apoiou pra eu trabalhar fora...é um dinheiro a mais! Isso ajuda em casa...a gente pode dividir tudo assim!”

O incentivo presente na esfera privada acontece, porém, como já analisado por Saffioti (1987), o trabalho feminino fora de casa é interpretado pela família como ajuda oferecida ao pai ou marido, no que se

refere à remuneração por suas atividades fora do lar. Em todos os casos descritos nas entrevistas juntos às mulheres, apenas um marido, atualmente já falecido, não concordava que sua esposa, com 77 anos de idade, hoje, desenvolvesse qualquer atividade de trabalho fora do domicílio.

De acordo com análises de alguns autores, a divisão dos papéis entre homens e mulheres, nas sociedades, variam de acordo com cada processo de socialização, a partir do sexo. Dessa maneira, as funções desempenhadas por cada um, serão determinadas de acordo com os costumes culturais de cada lugar. Viezzer apud Anderson (2005) afirma que:

"(...), ser homem ou ser mulher não é determinado pelo fato de se nascer menino ou menina, mas envolve o desempenho de funções estabelecidas pela sociedade como masculinas e femininas, com suas respectivas atribuições de prestígio e poder. Segundo a autora, no processo de aprendizagem das crianças está embutida uma espécie de 'treinamento' para a divisão do trabalho, no qual aos meninos é ensinado a dedicar-se aos estudos para que possam exercer uma carreira profissional no futuro, enquanto as meninas devem estudar menos ou, na versão contemporânea, estudar para determinadas carreiras".

Seguindo este raciocínio, é interessante direcionar a discussão à questão que envolve a divisão entre as esferas públicas e privadas, objeto de estudo de outras análises. E, desse modo, Lavinias apud Anderson (2005, 4) cita que:

“ (...) o discurso que enraizou a família enquanto domínio da esfera privada, o espaço da vida doméstica, das relações de dependência e, conseqüentemente, do espaço feminino, contrasta com o espaço público, característico dos interesses impessoais, campo do político e dos negócios, denota a 'área' de atuação masculina. Daí que o conceito abstrato e liberal de cidadania, referente ao cidadão perante o Estado com seus direitos e deveres, deixa de fora o plano das relações privadas, domésticas, que estariam fora do âmbito político regulado pelo Estado. Nessa separação entre público e privado, naturaliza-se este último, que não é visto como local de exercício de poder e, portanto, não é de interesse da política”.

Considerando outros estudos, constata-se a influência de um conjunto de idéias disseminadas, evidenciando as diferenças entre público e privado. Safiotti (1987) acrescenta que a ideologia dominante condiciona a idéia de que “lugar de mulher é em casa”, o que acaba por diminuir o número de oportunidades oferecidas às mulheres. Este fato acarreta, segundo a autora, na diminuição das chances das mesmas em desenvolver suas potencialidades, inclusive, a inteligência. A autora ressalta que a igualdade de oportunidades deve ser encarada como “partilha de todas as responsabilidades entre homens e mulheres, em qualquer tipo de atividade –incluindo o doméstico” (p.15).

A partir destas afirmações, pode-se concluir o porquê da existência de um esforço, através de muitos trabalhos, para esclarecer, segundo Lavinias (1994, 173) que, “(...) muito têm contribuído para desnudar o sentido político da vida privada (...)”. Dessa maneira, considerando a esfera privada e os significados que lhe são impostos ao longo do tempo, fica evidente o impacto da disseminação da ideologia que prega quais funções passam a ser responsabilidade feminina ou não.

Ao desenvolver sua análise acerca dos dados divulgados pela PNAD referente ao ano de 2003, Lavinias (2005, 18-19) percebeu que:

“Constata-se, assim, que as mulheres mudaram, as famílias também mudaram, mas o que não parece ter mudado é o compromisso e a responsabilidade que têm as mulheres para com crianças e dependentes idosos, para com a esfera familiar, qualquer que seja o tipo de família em que se encontrem inseridas. A sobrecarga é evidente pois assumem sozinhas grande parte dos ônus, se pessoas de referência, ou comprometem as chances de crescer 18 profissionalmente, se cônjuges. A PNAD 2003 indica que enquanto as mulheres dedicam 28 horas por semana em média às tarefas domésticas (36 horas, se inativas e 23 horas, se ocupadas), os homens, quando o fazem, dispendem menos tempo, 11 horas (14, se inativos e 10, se ocupados). Sem contar que também no trabalho doméstico reproduz-se a divisão sexual presente no mercado de trabalho, homens e mulheres realizando atividades bastante distintas, sobretudo em termos valorativos e de interesse, (...)”.

A ideologia massificada em torno da divisão de papéis nas sociedades capitalistas é analisada por Oliveira (2007), quando mostra que:

“Essa visão centrada na idéia de uma divisão entre as esferas públicas e privada, a partir do advento do capitalismo, promoveu a diferenciação de papéis entre homens e mulheres, cabendo às mulheres desempenhar seu papel na esfera privada (doméstica) e os homens na esfera pública (produtiva). (...). Esta visão dicotômica tem gerado situações de exclusão e subalternidade, além de apagar as contribuições das mulheres nas estratégias familiares de subsistência”.

Estas características citadas estão presentes na realidade analisada. Em Paraíso, a diferença entre a mão-de-obra feminina e masculina ocasiona impactos que são percebidos no próprio cotidiano das associações como, por exemplo, o incentivo à participação nas atividades desenvolvidas dentro das associações, conforme mostra o depoimento da entrevistada:

“Eu acho que... eu não sei, eu acho que, às vezes, é até comodismo das mulheres, sabe, de pensar assim, que o serviço delas é cuidar da casa... é... fazer comida na hora certa, não precisa preocupar com as questões porque tem outras pessoas que se preocupam, sabe? Tipo assim: ‘Ah, não preciso fazer minha parte, não, que fulano faz isso...’ Sabe, acho que ainda tem muito isso. Muito.”

Foi observado, inclusive, que a influência cultural pode, também, ser um fator no que se refere à divisão social do trabalho. Considerando esta observação, percebe-se que o aumento ou a retração da presença feminina nas atividades de produção pode ser alterado, também, por uma vertente cultural, atrelado às transformações sofridas pela realidade:

“(...) É... houve uma mudança, sim, eu acho...de, de... na cabecinha delas, tanto é que hoje trabalham... no geral, assim... se conscientizaram... naquela época, as mulheres daqui praticamente não trabalhavam... (...) Não, a gente não via, não. Pelo menos lá na lavoura, a gente nunca viu. Porque nós

viemos duma, duma... é que nós somos italianos , a gente vem de uma outra cultura . Lá..trabalhavam famílias, já na cultura. Aqui nós chegamos... (...). Era o patrão dando ordens, a mulher em casa... e... só empregados. Então pra nós, também, isso... (sorri). Então houve um choque de culturas (...) De culturas, também, porque lá a gente trabalhava, é, todos os empregados... nem eram empregados, eram meeiros lá, então, as famílias faziam a meiação e trabalhavam em família: a mulher, os filhos, o marido... e aqui, não! A gente via que a mulher não... eu ainda vejo isso! Poucas mulheres... já tá mudando, e mudou! Mulheres na lavoura!”

Além da questão cultural que influenciou em alguns espaços como, por exemplo, no caso do trecho citado, percebe-se, também, que o aspecto que envolve a inserção das mulheres nas atividades de produção e reprodução social aparece nas falas durante as entrevistas junto a integrantes de instituições públicas. Assim, foi possível perceber qual é sua a percepção acerca da contribuição feminina:

“A questão da renda familiar! Ela, ela é parceira efetiva pra aumento da renda familiar! Ela, residente na zona rural ou no perímetro urbano! Mulher, hoje, agrega, com absoluta certeza, a (questão) da renda familiar! Ela precisa! O homem precisa desse... desse apoio financeiro da mulher! E a zona rural, quando o T. coloca, eu acho que é até o desgaste físico e emocional, isso talvez iniba ela ter uma participação maior e mais efetiva, realmente, nesses, nessas questões, principalmente de associativismo (...)”.

Constata-se que a categoria ajuda, analisada no capítulo anterior, tem seu significado fortalecido no que se refere à atuação feminina, em qualquer que seja a esfera tanto pública, quanto privada. Com relação à divisão de tarefas que ocorre na zona rural, Oliveira (2007) observa que:

“No tocante às atividades desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, estas são comumente subestimadas tanto pelos órgãos oficiais como também pelos homens da família e até por elas próprias, que na maioria das vezes se vêem apenas como ‘ajudantes’ de seus maridos e filhos homens, estes sim, os “verdadeiros” responsáveis pelo trabalho ‘pesado’, enquanto elas

seriam responsáveis apenas pelo trabalho ‘leve’, como cuidar da casa, dos filhos, do quintal e ‘dar uma ajuda’ na roça”.

É interessante, aqui, citar o estudo desenvolvido por Zander Navarro (2002, 189-232), em que é apresentada uma análise histórica e social do movimento dos sem-terra no Brasil (MST), referindo-se, especificamente às décadas de 1970 e 1980. O autor revela, em seu texto, uma face –a que ele denomina como “não-democrática” do movimento- sobre o machismo dominante no MST, que castra a liderança feminina, ou seja, as mulheres do movimento são impedidas de exercitar seus respectivos talentos (p.221).

Desse modo torna-se relevante considerar que cada movimento adquire suas próprias características, não garantindo, portanto, que seus critérios sejam assumidos, ou não, perante a sociedade. O mesmo sistema capitalista que se espalha de maneiras mascaradas promove, perfeitamente, outros fenômenos de fragmentação que avançam de maneira disfarçada.

Oliveira (2007) conclui que o “(...) fato do trabalho de homens e de mulheres ser diferente um do outro não deveria significar, necessariamente, que o trabalho das mulheres possa ser considerado inferior, ou seja, a diferença não deveria significar desigualdade”. Esta afirmação do autor salienta que a igualdade que se deseja alcançar é aquela baseada no respeito sobre as diferenças, que existem -e que não devem ser ignorados- entre homens e mulheres. Assim, a discussão que relaciona trabalho e gênero deve ser considerada neste estudo, ou seja, vem à tona a indagação acerca da intensidade da participação feminina nas associações, ou seja, como se dá esta trajetória hoje e por quê?

As informações obtidas durante o trabalho de campo possibilitaram o estabelecimento de uma relação que demonstra algumas das desigualdades presentes nas relações de gênero. É relevante retomar as perspectivas de Saffioti (1987), ao considerar que a consciência não se forma espontaneamente, sendo fundamental que ela seja levada às classes trabalhadoras. Dessa maneira, de acordo com a concepção de gênero

desenvolvida pela autora, a presença do machismo compromete, negativamente, o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade.

5.1

Participação feminina: as expectativas de ontem e os sonhos para o amanhã

A experiência identificada em São Sebastião do Paraíso traz à tona a discussão a partir das relações existentes nas associações de produtores rurais. Fundadas a partir da mediação da prefeitura, as associações incluem, atualmente, mulheres que exercem participação ativa, inclusive, em funções de liderança e organização de atividades. Até os dias atuais, a prefeitura mantém o vínculo com as organizações através de reuniões periódicas entre os líderes e a Emater. Deve-se considerar a existência de um grupo de mulheres em cada associação rural, e, dependendo das relações que se dão no contexto, a participação feminina vai ser caracterizada como mais intensa, ou não.

A organização das associações caracteriza um movimento que não foi iniciado pelos trabalhadores e, sim, por instituições políticas, com os objetivos voltados para o desenvolvimento econômico, através do incentivo à produção rural. As mulheres que tinham seu cotidiano envolvido de alguma maneira com o trabalho agrícola, encontraram, através do associativismo, um espaço público para discutir idéias e buscar satisfazer determinadas demandas da população.

Independente deste aspecto, esta participação, porém, não lhes assegura a garantia de ver suas necessidades atendidas a partir do movimento social, ou seja, cada associação conta com a presença de um grupo feminino, porém, é importante perceber como se dá esta participação, se sua efetivação ocorre de maneira igualitária ou se o grupo ocupa uma posição à margem do movimento. No decorrer deste trabalho, procurou-se considerar algumas das particularidades relacionadas a estes

questionamentos levantados, assim como especificar os impactos a partir da participação de mulheres, desempenhando papéis junto ao trabalho e a movimentos sociais.

Todas as questões levantadas até aqui indicaram uma complexa rede formada, criando uma estreita relação entre as categorias de gênero, classe social, trabalho e políticas públicas. Discutir sobre a participação feminina no trabalho indica afirmar que muito ainda deve ser construído no sentido de se conseguir alcançar uma igualdade justa entre mulheres e homens, como trabalhadores e cidadãos portadores de direitos.

Em Paraíso, foi possível perceber as associações rurais como um espaço político, onde as relações estabelecidas permitem constatar que a mulher sempre enfrentou obstáculos para conseguir atingir um patamar de equivalência compatível com o homem, e a realidade atual não torna esta observação diferente.

Foram apontados, nesta pesquisa, alguns fatores que indicam o porquê do fortalecimento desta situação, tais como a influência da ideologia, que nada mais é do que um instrumento do sistema capitalista. O reforço desta ideologia contribui com a maneira tradicional de organização social, que determina uma espécie de hierarquia nos papéis de homens e mulheres na sociedade.

Considerando a análise dos dados obtidos durante o trabalho de campo, as associações de produtores rurais podem ser entendidas como um movimento comprometido com o desenvolvimento. Vem enfrentando obstáculos, tais como o achatamento econômico como impacto das políticas neoliberais implementadas na década de 1990, as transformações no campo como resultado e, por conta disso, o produtor rural reage.

Do ponto de vista dos organizadores, o movimento alcançou sua meta, proporcionando melhorias à população envolvida. O acesso a programas como o Pronaf, associado às atividades de produção ocasionou, segundo a equipe, um fortalecimento às associações. Considerando, portanto, o ponto de vista de alguns associados, a frequência nas reuniões

diminuiu consideravelmente e, com a participação reduzida, parte do movimento ficou, também, comprometido.

Nesta mesma sociedade capitalista em que o trabalhador é responsável por seu sucesso ou fracasso, Saffioti (1992,7) refere-se com ironia à “garantia de igualdade de condições” oferecida pelo Estado liberal burguês. É esta “igualdade de condições” que, segundo a autora, responsabiliza cada indivíduo por seu sucesso ou fracasso, visto que “as condições são iguais para todos”. Dessa maneira, as mulheres experimentam muito mais os “fracassos” –por serem mulheres- e não pela organização social do gênero.

Em Paraíso, partindo da observação da heterogeneidade entre os produtores rurais, verificou-se o mesmo fenômeno entre as mulheres, ou seja, foi possível perceber, entre as mulheres, que a partir de cada experiência de vida, conforme mais se distanciavam de oportunidades, como o acesso à educação, saúde, políticas públicas, mais as perspectivas para o futuro apareciam distantes para cada uma. Desse modo, a heterogeneidade entre as mulheres implica, diretamente, tanto sobre os impactos de suas participações em atividades de trabalho ou nas associações, quanto sobre suas expectativas para o futuro, conforme fica claro nos depoimentos seguintes:

“O meu sonho é ver meus filhos estudar! Quero ver meus três filhos com diploma na mão! Se Deus quiser! (...)”

“Ah... de ter estudado... pra não ter uma vida assim...difícil... porque a vida de roça é bem difícil...”

“Meu sonho? Meu sonho... mas é tão difícil falar da gente, né? Não, meu sonho é, é... continuar na minha área; ser reconhecida profissionalmente. Hoje eu já, já tenho um reconhecimento, assim, já, graças a Deus, não pensei que em tão pouco tempo de formada... vou fazer quatro anos agora no final do ano, de formada, que eu iria conseguir chegar aonde eu estou. Mas, assim; eu, eu tenho mais sonhos...um dia, de repente, ter uma propriedade minha, trabalhar pra mim, sabe, é... sei lá! De alguma forma, trabalhar pra mim ou de alguma forma, crescer mais profissionalmente... sabe... mas nunca deixar, assim, ficar por fora da minha profissão, sabe? Mesmo se eu escapar um pouquinho, não deixar de atuar!”

“Sonho? Ahh...eu tenho vontade de viajar!! (ri) (...)Ai, ai... Cê nem imagina!! Quero viajar pra um lugar que tenha praia! Assim, tenho vontade de conhecer uma praia! (...) Eu nunca vi... (...)É... Qualquer lugar que tivesse uma praia... Hiiii...pra mim...”

“Eu não! (...) Ai, meu Deus... ah... Sonhá o quê nessa vida? Já nem espero mais nada, não... assim tá bão, já... (...)”

“(...) Sonho?? Sonho meu é aposentar pra ficar tranqüila... (...) Inda num tô...que tem vez que a gente passa apertado, né,tem vez que vai comprá um remédio caro, na, ... isso já... e eu aposentando... eu...”

“Ah, eu tinha uma vontade de vortá pra roça, mas num posso... num posso... (silêncio) eu tenho muita vontade de ir pra um asilo, mas eles num me aceita...”

“Meu sonho? Ah, é que essa comunidade caminhasse junto! (...) Meu sonho é esse mesmo: que as pessoas se conscientizassem mais da união, porque a gente pode fazer mais um pelo outro, e os dois juntos... imagina, né?”

“Bom, eu acho assim, nada é fácil, a gente enfrenta muitas dificuldades, a gente... por exemplo, eu, pra chegar onde eu tô, sabe... a gente enfrenta! Lógico! É... tem, é... igual eu te falei, o pessoal que olha pra gente, graças a Deus, nunca ninguém me faltou com respeito, mas cê enfrenta preconceito! Sabe, não é fácil, igual, por exemplo, cê vai num evento, numa reunião que só tem homem, você é a única mulher, não é fácil isso! Né, porque a gente tem que saber muito bem se comportar, saber o que fala, o que faz! Então isso não é fácil. O recado... assim, que as mulheres nunca pensem, assim, que são menos do que, do que os homens, por serem mulheres. Pelo contrário. Eu acho que a gente tem muito mais sensibilidade; a gente, às vezes tem determinadas coisas que a gente faz muito mais bem feito que os homens, então eu acho que a gente não é menos, a gente tem um diferencial a mais do que os homens e... a gente não é menos nem mais: a gente tem um diferencial e a gente tem que saber aproveitar isso e nunca desistir... de sonhar, de lutar... pelos nossos sonhos, pelos nossos direitos, né...”

Sem dúvida, a perspectiva de que as mulheres consigam atingir uma relação de igualdade fundamentada no respeito é um ponto que move uma luta que acontece desde muitos anos. Considerando a experiência das

mulheres, em Paraíso, se torna viável perceber este fenômeno dentro da dinâmica existente nas associações de produtores rurais.

Diversos foram os estudos que contribuíram neste sentido, buscando disseminar a conscientização de todas as pessoas, homens e mulheres, acerca do potencial desta mudança e das transformações que poderão contribuir com um avanço das sociedades, em geral. Os sonhos de cada uma das mulheres aqui citadas representam todo o contexto dessa luta. Aqui percebemos que cada uma tem uma história de vida que retrata os impactos de todo um processo cultural que as envolve, mesmo que muitas nem tenham consciência disso.

Se considerarmos as desigualdades de gênero, em nossa atualidade, assim como toda a limitação que estas diferenças ocasionam e submetem tantas mulheres, a luta por igualdade se torna cada vez mais necessária. Dessa maneira, a partir de movimentos em que a participação da mulher se fortalece e que nesses espaços se efetive sua atuação, nos aproximamos, cada vez mais, de uma conquista, em que o respeito pelas mulheres, por seu trabalho, por sua contribuição à sociedade deixe de ser um sonho.